

**AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
(ART. 74 DA LEI Nº 14.133/2021)

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024**

1) PRÊAMBULO.....	2
2) OBJETO.....	2
3) VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO .....	2
4) JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	2
5) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	3
6) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA.....	3
7) JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO .....	3
8) CONTRATO ADMINISTRATIVO. ....	6
9) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	6
10) DISPOSIÇÕES FINAIS .....	10
11) TERMO DE REFERÊNCIA.....	11
12) DA ÁREA SOLICITANTE E FISCALIZAÇÃO.....	11
13) DESCRIÇÃO DO OBJETO .....	11
14) JUSTIFICATIVA DO VALOR CONTRATADO .....	11
15) DA EMPRESA CONTRATADA.....	11
16) VIGÊNCIA DO PRESENTE PROCESSO.....	12
17) TERMO DE ACEITE.....	12

## 1) PRÊAMBULO

O Município de Ipira, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.814.260/0001-65, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

### I - Base legal:

- a) [Lei nº 14.133/2021, art. 74](#): Inciso III, alínea “f”
- b) Decreto Municipal nº 018/2024.

### II - Processo Administrativo nº 001/2024

## 2) OBJETO

Objeto: Contratação de Curso com implantação e acompanhamento da Nova Lei de Licitação (Lei 14.133).

## 3) VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado do objeto: O Curso em sua totalidade custará R\$ 61.344,00 para a participação de 5 Municípios e mais a AMAUC, sendo que o valor do Município de Ipira é de R\$ 10.224,00 (dez mil, duzentos e vinte e quatro reais).

## 4) JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Município de Ipira necessita de acompanhamento na mudança em relação às compras e contratações públicas, com a capacitação dos agentes públicos sobre a importância das contratações públicas através da nova lei de licitações (Lei Federal nº 14.133, de 2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares.

O mesmo curso será aplicado conjuntamente com os Municípios de Piratuba, Lindoia do Sul, Itá e Xavantina além de técnicos da Amauc e Consórcios Públicos.

## 5) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste processo de inexigibilidade correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001 – Diretoria de Administração

Ação: 2.003 – Manutenção do Departamento de Administração

(11) 3.3.90.39.48.00.1.500.000.0200 – Serviços de Seleção e Treinamento

## 6) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

### PESSOA JURÍDICA:

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- h) Declaração sobre:
  - i) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - ii) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
  - iii) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
  - iv) Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## 7) JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO

A Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, foi constituída em 21/05/2007, tendo como associados às 21 Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina e a Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

Diante da necessidade de instrumentalizar a entidade específica, que planejasse a capacitação dos servidores públicos municipais realizasse a prestação de serviços aos municípios catarinenses, a FECAM e as 21 associações de municípios criaram a EGEM. Dando seguimento aos trabalhos já realizados pela FECAM e associações de municípios, a EGEM estrutura seu planejamento estratégico em três grandes eixos de atuação, são eles:

1. Desenvolver programas de capacitação e formação de servidores públicos municipais, abrangendo cursos de extensão, graduação e pós-graduação;
2. Promover a produção e difusão de conhecimento na área da gestão pública municipal;
3. Prestação de serviços de apoio aos municípios.

O palestrante indicado para o curso possui amplo conhecimento e atuação na área pública: Dr. André Luiz de Oliveira - advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 22.311 (desde 2006). Graduado em Direito pela UNOESC – Campus Videira/SC (2005). Pós-graduado a nível de Especialização em Gestão Pública para Administração Municipal pela UNIARP – Campus Fraiburgo/SC (2013). Diretor Jurídico do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. Foi Professor Universitário Temporário do Curso de Direito, Disciplina de Direito Administrativo na UNIARP – Campus Fraiburgo (2019). Atuou como Procurador Geral Adjunto no Município de Fraiburgo/SC (2008/2011). Experiência como Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Secretário Municipal de Finanças, todos em Fraiburgo/SC (2011/2019). Membro da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC (desde 2022). Coordenador da Câmara Técnica Jurídica do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM (desde 2022). Capacitado para a nova lei de licitações, participando de diversos eventos e cursos, desde a publicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Palestrante em Congressos, Simpósios, Cursos, Workshops, sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos (desde 2021). Mais de 17 (dezesete) anos de experiência na Administração Pública Municipal e Consórcios Públicos, atuando diretamente com Licitações e Contratos Administrativos. Coordenou a implantação na nova lei de licitações no CINCATARINA.

**METODOLOGIA** A proposta inclui 16 (dezesesseis) horas de curso presencial sobre a nova lei de licitações, aspectos gerais e específicos aplicados ao município, com enfrentamento de situações cotidianas, sobre a realidade da administração pública e atuação dos agentes

públicos, gerando conhecimento sobre os pontos mais polêmicos da legislação e capacitando para atuação diária, seja dos requisitantes, no assessoramento jurídico, controle interno ou diretamente nos responsáveis pelas compras públicas, com possibilidades de perguntas e esclarecimento de dúvidas sobre os temas. A proposta também contempla até 4 (quatro) reuniões virtuais de 1 (uma) hora cada, para esclarecimentos, tira dúvidas e orientações diversas. Ainda, a realização de 12 (doze) horas de assessoramento virtual para acompanhamento das ações desenvolvidas, orientações sobre a implantação da nova lei de licitações, pelo período de 60 (sessenta) dias, abrangendo acompanhamento dos processos licitatórios e contratos administrativos, auxílio na gestão por competências, governança e demais necessidades. Entregando: Minuta de Regulamento da NLL, com todas as matérias necessárias para implementação da Nova Lei de Licitações; uma minuta de DFD (Documento de Formação de Demanda), ETP (Estudo Técnico Preliminar), TR (Termo de Referência), Edital e Contrato. Além das horas descritas, possibilidades de contatos via telefone, aplicativos de mensagens (WhatsApp, Instagram) e e-mail, para dúvidas e encaminhamentos sobre os temas tratados.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO

MÓDULO I - 4 (quatro) horas → Papel dos agentes políticos e Gestores; → Fluxo da contratação pública; → Planejamento das licitações; → Fiscalização das licitações; → Responsabilidade da alta Administração na Lei 14.133/21.

MÓDULO II – 12 (doze) horas → Regras de Transição (contratos, atas de registro de preços vigentes, publicação de licitações pelas Leis 8.666/93 e 10.520/02, até quando?) – Medida Provisória 1.167/23; → Foco da Lei: Governança e Resultado (problemas, soluções e resultado mais vantajoso) → Objetivos da Licitação; → Agentes públicos da licitação e o princípio da segregação de função; → Agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação; → Atuação do Assessoramento Jurídico e Controle Interno; → Planejamento; → Plano Anual de Contratação; → Documento de Formalização de Demanda; → Estudo Técnico Preliminar; → Termo de Referência; → Gestão de Riscos. → Tratamento diferenciado micros e pequenas empresas, exceções; → Consórcios Públicos; → Modalidades de Licitação (extinção – tomada de preços e convite e nova modalidade – diálogo competitivo); → Fases da Licitação; → Procedimentos eletrônicos; → Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP; → Implicações aos Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes; → Pesquisa de Preços (parâmetros, preço estimado, média, mediana, menor valor e sigilo); → Minuta do Edital – o que deverá conter no edital pela nova lei? → Regulamentos necessários para



implementação da Nova lei de Licitações; → Divulgação do Edital (locais obrigatórios); → Prazos de divulgação do Edital; → Principais inovações no Pregão e Concorrência; → Objeto licitado (bens e serviços); → Pregão (obrigatório bem e serviço comum); → Concorrência; → Leilão e concurso; → Critérios de julgamento (art. 33); → Modos de Disputa (aberto, fechado e suas combinações); → Como aplicar o formalismo moderado; → Impugnações ao Edital (quem pode fazer e quais os prazos); → Recursos e pedido de reconsideração; → Encerramento da licitação (revogação, anulação, adjudicação e homologação). → Procedimentos auxiliares (não são modalidades de licitação); → Credenciamento (hipóteses); → Sistema de Registro de Preços (o que mudou); → Duração dos contratos administrativos (prazos e hipóteses); → Gestores e Fiscais de Contratos; → Registros da execução contratual; → Contratação Direta – Inexigibilidades e Dispensas (principais mudanças).

## **8) CONTRATO ADMINISTRATIVO.**

O contrato administrativo decorrente desta Inexigibilidade de Licitação terá a duração de 120 dias a partir de sua assinatura.

### **a) GESTÃO DO CONTRATO:**

**I - Responsável:** Tais Fernanda Trombetta

### **2) FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**I - Responsável:** Emanuele Arend

**II - Passo a passo da fiscalização do contrato:** Acompanhar a realização do Curso de capacitação, solicitar relatórios e pareceres dos técnicos envolvidos que atuam diretamente nos trabalhos.

## **9) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

**I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III -** Dar causa à inexecução total do contrato;

**IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**IX** - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

<b>I -</b>	Advertência ( <u>art. 156, § 2º</u> ).	I  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <u>art. 156, § 7º</u> ).
<b>II -</b>	Multa de 20% sobre o valor do contrato	Qualquer infração ( <u>art. 156, § 3º</u> )
<b>III -</b>	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Abdon Batista, pelo prazo máximo de 3 (três) anos ( <u>art. 156, § 4º</u> ).	II III IV V VI VII  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <u>art. 156, § 7º</u> ).

<b>IV -</b>	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	<p>VIII IX X XI XII</p> <p>Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).</p>
-------------	---	--

3) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4) Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

**I -** Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**II -** Incisos III e IV do item 1:

- a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b)** O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
  - i)** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;



ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

7) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

10) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

10.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**11)** É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Abdon Batista, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

**I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

**II -** Pagamento da multa;

**III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V -** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**11.1)** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

#### **10) DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a inexigibilidade de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

**I -** Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

**II -** Página do Município de Ipira ([www.ipira.sc.gov.br](http://www.ipira.sc.gov.br));

**III -** Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

**2)** As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Capinzal/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Município de Ipira/SC, 17 de janeiro de 2024.**

**EMANUELE AREND**  
**Secretária de Administração e Finanças**

### 11) TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em inciso XXI da Constituição Federal e aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o presente Processo Licitatório.

### 12) DA ÁREA SOLICITANTE E FISCALIZAÇÃO

1.1. Secretaria Municipal de Administração e Finanças

1.2. Fica responsável pela fiscalização do presente contrato a servidora municipal efetiva Sr. Claudinei Fernando Lugarini, bem como a Secretaria Municipal de Administração e Finanças Sra. Emanuele Arend.

### 13) DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de Curso com implantação e acompanhamento da Nova Lei de Licitação (Lei 14.133).	Und.	1	10.224,00	10.224,00

Valor total da contratação: R\$ 10.224,00 (dez mil, duzentos e vinte e quatro reais).

### 14) JUSTIFICATIVA DO VALOR CONTRATADO

O Município de Ipira necessita de acompanhamento na mudança em relação às compras e contratações públicas, com a capacitação dos agentes públicos sobre a importância das contratações públicas através da nova lei de licitações (Lei Federal nº 14.133, de 2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares.

O mesmo curso será aplicado conjuntamente com os Municípios de Piratuba, Lindoia do Sul, Itá e Xavantina além de técnicos da Amauc e Consórcios Públicos.

### 15) DA EMPRESA CONTRATADA

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.940.383/0001-90, com endereço na Rua General Liberato Bitencourt, 1885, Canto, Florianópolis/SC, CEP: 88070-800.

#### **16) VIGÊNCIA DO PRESENTE PROCESSO**

A presente contratação terá vigência de 6 (seis) meses.

#### **17) TERMO DE ACEITE**

Declaro, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, §1º e §2º que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório através de dispensa de Licitação, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal: Claudinei Fernando Lugarini

CPF: 065.\*\*\*.\*\*\*-\*\*

Cargo/função: Assessor de Planejamento

Unidade: Gabinete do Prefeito e Vice

Fone para contato: (49) 3558-0451

E-mail para contato: [infraestrutura@ipira.sc.gov.br](mailto:infraestrutura@ipira.sc.gov.br)

Assinatura do fiscal: \_\_\_\_\_

**Município de Ipira/SC, 17 de janeiro de 2024.**

**EMANUELE AREND**  
**Secretária de Administração e Finanças**